



XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:
Comunicação e as lutas por cidadania na disputa de hegemonias
19 a 21 de outubro de 2022

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual de Londrina – **UEL**
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – **PPGCom UEL**

Imagens de controle como mecanismo do racismo estrutural: caminhos possíveis de enfrentamento¹

Juarez Tadeu de Paula Xavier

Docente do Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista

Vânia Cristina Pires Nogueira Valente

Docente do Doutorado em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista

Carina Cristina do Nascimento

Doutoranda em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista

Fernanda Alves da Silva

Mestranda em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista

Resumo

A imagem de controle da população negra disciplina o acesso aos bens materiais e imateriais no centro do racismo sistêmico e estrutural do país. Ela alimenta tipologias "nos" e "dos" lugares ocupáveis por pretos e pardos no estado, mercado e sociedade. Neste artigo, são analisadas essas imagens de controle circunscritas na necropolítica brasileira, que justifica a brutalidade contra mulheres, crianças, jovens e homens negros. Utiliza-se os recursos metódicos da antropologia cultural, a partir de uma abordagem interseccional, para a compreensão desse fenômeno singular, em uma sociedade que normatizou a destruição de corpos não-brancos. Apresenta-se como alternativa a esse cenário distópico a tecnologia social da roda de conversa como cápsula conciliatória de resistência à violência de gênero, classe social e étnico-racial.

¹ Trabalho apresentado no GT5 (**Comunicação e lutas por cidadania na disputa de hegemonias - CBCC**) da XVI Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2022, de 19 a 21 de outubro de 2022 – realizada pela ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã, Universidade Estadual Paulista (UEL) e Programa e Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM-UEL.

Palavras-chave: Imagem de Controle; Racismo Estrutural e Sistêmico; Tecnologia Social; Roda de Conversa.

Desenvolvimento

Supremacismo racial: fundamento da imagem de controle e necropolítica

O supremacismo racial branco moldou os dispositivos de persuasão – sistemas educacionais, culturais e comunicacionais – e coerção – sistemas prisionais, jurídico e de contenção social – e do Estado. Essa ambiência, alimentada pelas pré-condições históricas, disciplinou o acesso aos bens materiais e imateriais pela linha de corte étnico-racial da sociedade. Articulada pelo racismo científico do século XIX, a *imagem de controle* da população negra ficou aprisionada ao círculo de vulnerabilidade, tornando-a refém das circunstâncias mais degradadas, em todos os indicadores sociais e condicionando sua existência à lógica da necropolítica – a política da morte.

A escravização negra e o massacre indígena, ao longo de quase 400 anos, cristalizaram as bases materiais do moderno estado nacional. Segundo os dados (GOMES, 2021), dos cerca de 12,5 milhões escravizados nas Américas, 4,8 milhões vieram para o Brasil e participaram de todos os ciclos econômicos nacionais, até a abolição sem direitos, no século XIX. Os modelos das *plantation* e casa-grande e senzala (KILOMBA, 2019) normatizaram as relações entre um núcleo reduzido com acesso aos direitos, e uma maioria de subcidadãs e subcidadãos, desdobrando-se em uma segregação material e imaterial delineada pela cor da pele, portanto, o racismo moderno. Nesse sentido, o racismo se sustenta nos pressupostos do supremacismo racial branco, que lançou mão de três dimensões que se naturalizaram no imaginário social do Ocidente: os conceitos de ciência, cultura e beleza, a partir das experiências da Europa e do colonialismo (WEST, 2002), colocando os povos brancos europeus no ápice da pirâmide do desenvolvimento humano, reservando aos povos não-brancos uma condição de atraso civilizacional em relação aos povos brancos (RIBEIRO, 2019).

O conceito supremacista legitimou a colonização, suas colônias pelo planeta e os procedimentos inumanos admitidos para o controle dos povos colonizados (FANON, 2020). Nessa arquitetura conceitual, a noção de beleza tem um papel estratégico: quanto mais próximo do modelo branco, mais próximo se está da condição humana. Essa percepção provocou, na esteira do longo período da escravização africana, a estigmatização da população não-branca em escala planetária (GOMES, 2019; 2021; 2022). Nos países que experimentaram a escravização

negra, a linha da cor da pele define quem “tem” direito à vida, e quem “deve” morrer (MBEMBE, 2014).

No Brasil, a ciência do século XIX denominada “racismo científico” modelou a cultura, as instituições político-econômicas e as formas das relações sociais (SCHWARCZ, 1993), amparada nas pré-condições históricas do país. As escolas de medicina, criadas em Salvador e Rio de Janeiro inauguram no país pesquisas baseadas no paradigma do racismo científico. Nas duas escolas, os esforços eram concentrados em estudos que procuravam provar cientificamente a inferioridade biológica das populações negra e (SCHWARCZ, 1993), legitimando o supremacismo racial branco, que contribuiu com a teoria eugenista e na necessidade de substituir a população não-branca pela população branca europeia, via imigração. As pré-condições, dessa forma, fundaram, estruturaram e replicaram o racismo estrutural e sistêmico em todas as dimensões do estado brasileiro que põe em marcha o processo de branqueamento do país.

A imigração de europeus no Brasil, subsidiada pelo estado, colocou a população branca em condições de vantagem no acesso aos capitais econômico, cultural, social e político (SOUZA, 2021). O acesso a renda e a educação formal garantiu a mobilidade para as áreas mais valorizadas no território, garantindo a esse grupo assenhorar-se, desse modo, do capital político, com acesso privilegiado aos principais espaços de poder. Esse movimento, ao longo do século XX, arquiteta o estado patriarcal capitalista supremacista branco (COLLINS, 2019) vigente e, no campo social, forja o círculo de privilégios da minoria branca ao lado do círculo de vulnerabilidade da maioria negra da população, cristalizando uma imagem de controle de menor valia sobre a população negra, reproduzida em escala ampliada pelo sistema de comunicação corporativo.

Decorrem desse complexo processo de múltiplos movimentos dois fenômenos essenciais para a compreensão da realidade social e midiática no país: a *imagem de controle* que fixa o sujeito branco no topo da pirâmide econômica, cultural, social e política, e congela a população negra na base da pirâmide, e justifica a necropolítica em curso, que destroça as vidas negras em escala industrial. A seguir será apresentado o conceito de imagens de controle, suas funções, aplicações e reflexões dentro da engrenagem da estrutura racista.

Imagens de Controle

O colonialismo português adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua real violência e crueldade contra os negros africanos, e durante séculos, o sistema escravocrata, desfrutou de mecanismos ideológicos para sustentar que esse modelo,

era uma instituição benigna, de caráter humano (NASCIMENTO, 2016). Da mesma forma que o colonialismo português sempre tentou negar a brutalidade da escravização, a ponto de justificá-la como um mecanismo de salvação cristã para os povos africanos, acadêmicos como Pierre Verger, realizaram grandes esforços para justificar o mito da democracia racial no Brasil, ou como diz Santos (2020), construíram uma fabulação perversa de negação da existência do racismo no Brasil. A tendência conservadora de Pierre Verger, postulou o mito de que a presença da cultura africana na sociedade brasileira, que teria sido o resultado das relações amistosas de escravizados e senhores de engenho (NASCIMENTO, 2016). Ele reitera essa “mistura” cultural da seguinte maneira:

Especialmente durante o período da escravidão, raramente se poderia encontrar uma criança branca que não tivesse sido criada por uma ama negra, que a amamentava, ninava-a para dormir em seus braços ou na rede, ensinava a ela as primeiras palavras em português estropiado (VERGER, 1977 apud NASCIMENTO, 2016).

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço da herança foi pago pela mulher negra, não só na escravidão como nos dias de hoje. Sua condição de pobreza, ausência e desamparo, faz com que ela se torne a maior vítima de todos os tipos de violência. Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1 (IPEA, 2021).

A mulher negra, definida como “ama negra” por Pierre Verger, que cuida, serve e sustenta, e justifica o mito da democracia racial, é fruto da estrutura racista que cria imagens de controle, a partir da construção de tipologias que congelam e aprisionam negras e negros em posições de subordinação pela estrutura dominante. A ama negra de Verger, que Collins (2019) define como *Mammy* e Gonzalez (2020) define como “Mãe Preta”, é uma limitação da autonomia de mulheres negras, lhes conferindo uma condição de sobrevivência e não de vivência, numa sociedade racializada.

O conceito de imagens de controle é um mecanismo ideológico de dominação, que opera com base na lógica autoritária de poder da classe dominante, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados e sentidos sobre a condição de existência de mulheres negras e homens negros que são dissonantes daquilo que realmente o são. Essas imagens não são representações e estereótipos, uma vez que sua articulação, se dá a partir da autoridade que os grupos dominantes possuem para nomear os fatos sociais (BUENO, 2020).

A imagem de controle da *mammy* ou “Mãe Preta”, foi construída para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico. A mãe preta, no período escravagista do Brasil, foi aquela que cuidou e educou os filhos dos seus senhores brancos contando-lhes histórias folclóricas e assim como o “Pai João”, foram explorados como exemplos de harmonia e integração raciais (GONZALEZ, 2020).

A outra imagem de controle atribuída à mulher negra é a da mulata “tipo exportação”, associadas a ser objeto de prazer dos colonizadores. A existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana pelo branco europeu, e nesse sentido, ela se populariza como “prova” de abertura e saúde sexual, tornando-se assim objeto de fornicção, permissividade e lascividade (NASCIMENTO, 2016). A aparência física e as qualidades sexuais da mulata sempre são exaltadas em suas imagens de controle, e essa é a razão pela qual ela nunca é “musa” e sim uma categoria de cultura.

As imagens de controle quando materializadas de forma constante e massiva, em espaços midiáticos, tira a responsabilidade da branquitude em responder sobre a manutenção de seus privilégios na estrutura racista, bem como com a violência histórica e sistemática exercida pelos seus ancestrais europeus, contra povos africanos e indígenas. Essas imagens precisavam manter seus imaginários acesos para naturalizar um dos períodos mais perversos e brutais da história da humanidade (BUENO, 2020; GONZALEZ, 2020). O que se percebe em comum nas imagens de controle das mulheres negras, a partir de relações de poder construídas socialmente, são as condições em que elas se apresentam: vivências com opressões interseccionais de raça, gênero e classe social. A interseccionalidade investiga como o poder influencia as relações sociais em sociedades diversas, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Ela é uma forma de compreensão do mundo, das pessoas e das humanas (BILGE, COLLINS, 2021). Quando a Mãe Preta ou *Mammy* é atravessada pela opressão de *raça*, ao educar suas crianças negras, por exemplo, ela as ensina seu lugar de subordinação nas estruturas brancas de poder, podendo se tornar, portanto, um canal efetivo de perpetuação dessa subordinação.

Com relação à opressão interseccional de *classe social*, o seu pertencimento a uma classe social econômica vulnerável, faz com que sua força de trabalho seja compreendida como algo de pouco valor, sendo considerada uma mercadoria vendável. Congelar essas mulheres em classes

econômicas vulneráveis garante à sociedade o privilégio de poder explorá-las sem que se sinta nenhum tipo de responsabilidade pela violência praticada, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento dos grupos sociais dominantes (COLLINS, 2019).

A imagem de controle da “mulata”, representa uma exploração de *gênero*, tendo em vista a hiperssexualização da mulher negra, a partir da mercantilização cultural do seu corpo. Se essa mulher é vendida no mercado cultural, pode-se compreender que ela pertence à classe econômica vulnerável, pois se não o fosse, não precisaria se sujeitar a essa condição perversa. A presença negra na sociedade estadunidense permitiu que os brancos sexualizassem seu mundo, transformando o corpo da mulher negra em ícone para a sexualidade (HOOKS, 2019). Hoje, mulatas brasileiras, tornaram-se uma grande “demanda” de mercado (GONZALEZ, 2020).

A mídia, em especial a publicidade, é um mecanismo de atualização das imagens de controle. A função da publicidade é tornar comum uma informação, chamar a atenção, despertar o interesse, provocar desejos e levar à ação de determinado produto ou serviço (YANAZE, 2017). Esses produtos e serviços, para serem comercializados e gerarem fortunas aos seus proprietários, se alimentam da ideologia neoliberal perversa, baseada na representação de imagens de controle que reforçam os interesses da classe hegemônica, que é o de ocultar as contradições econômicas, sociais, raciais, políticas e culturais, naturalizando assim as desigualdades e violências praticadas contra grupos acêntricos – tornando a consciência daqueles que discriminam mais confortáveis (CHAUÍ, 2001).

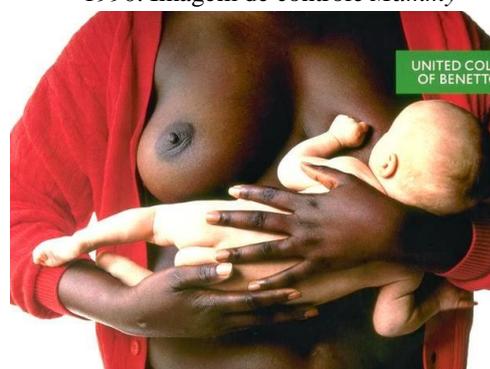
As campanhas publicitárias a seguir, demonstram os dois tipos de imagens de controle, citados anteriormente, a “mulata tipo exportação” e a *mammy*/mãe preta.

Figura 1 – Publicidade da Cerveja Devassa veiculada em revista impressa em 2012. Imagem de controle “mulata”



Fonte: Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-pelo-corpo-que-se-reconhece-a-verdadeira-negra-devassa-negra-deve-alterar-conteudo-racista-e-sexista-de-propaganda/>
Acesso em 25 ago. 2022//

Figura 2 – Publicidade da Benetton, veiculada em Outdoor, na Itália em 1990. Imagem de controle *Mammy*



Fonte: Toscani (2000)

A supremacia racial branca tem nas imagens de controle sua expressão, que implica na violência e morte da população negra (necropolítica), portanto, realizar o enfrentamento dessa realidade é fundamental para romper essa lógica de mecanismo perverso e construir possibilidades de novas vivências para a população negra. Não é tarefa fácil, mas é possível. Portanto, um dos caminhos que o presente trabalho propõe é a utilização de tecnologias sociais, que possam contribuir na democratização da veiculação da informação, a partir de conteúdos informativos, que desconstruam as imagens de controle consolidadas. Nesse sentido, será apresentado o conceito de tecnologias sociais e estratégias pertinentes que não corroboram com os mecanismos de congelamento perverso da população negra, instituídos pelo sistema patriarcal capitalista supremacista branco (HOOKS, 2019).

Tecnologias Sociais

Recursos tecnológicos podem ser utilizados para a promoção da desconstrução das imagens de controle, favorecendo a mudança de conceitos arraigados. A utilização da tecnologia para fins de promoção da cidadania e da inclusão, entre outros, é chamada de Tecnologia Social (TS). Nesse sentido, demandas sociais podem se apropriar da tecnologia existente ou propiciar o desenvolvimento de outras. A tecnologia pode ser classificada como social quando se propõe a atuar sobre um problema social, isto é, quando seus valores permitem o desenvolvimento da sociedade e não do mercado corporativo (ALMEIDA, 2010). O autor Yuk Hui (2020) defende a filosofia de uma tecnologia libertadora que tem essência humanista e diversa, pois diferentes sociedades e comunidades políticas podem ter manifestações completamente distintas dela. Nesse sentido, é relevante trabalhar a ideia de “multiplicidade”, pois a ideia de singularidade que preconiza a tecnologia ocidental, de cunho digital, é uma ferramenta política, pois se ela se mostra como singular, ela é universal, e assim sendo, as forças que definem sua construção, assumem uma postura de dominação, submetendo o mundo a sua cosmovisão.

A ideia de multiplicidade corrobora o conceito de tecnodiversidade, ou seja, um conjunto múltiplo de cosmotécnicas, tendo em vista epistemes diversas, principalmente, a partir de uma perspectiva decolonial (HUI, 2020). Uma cosmotécnica africana, por exemplo, seriam as tecnologias sociais ancestrais, como a roda – seja ela de samba, de candomblé, de conversa, ou de capoeira –, fundamentais na reconstituição da humanidade negra para sobreviver às violências e microagressões raciais (XAVIER, 2020).

A roda é considerada um valor civilizatório afro-brasileiro, pois aponta para o movimento, para a circularidade, renovação, processo, coletividade, enquanto elementos constituintes da sua estrutura. A construção destes círculos de pessoas necessita que algumas ações sejam fortalecidas como a autonomia, o diálogo, o movimento e o contato entre seus participantes, assim é possível ter contato com as diferentes perspectivas que promovem as mudanças, pois o conhecimento é coletivo e a sua construção é feita em “comunhão” (TRINDADE, 2013).

Nesse sentido, a roda de conversa, por exemplo, pode ser considerada uma tecnologia social de comunicação, pois pode colaborar na democratização da veiculação da informação concisa, factual, relevante, sustentada com dados e conhecimento científico. A democratização da informação e do conhecimento, a partir da comunicação, que se apoia na circularidade e oralidade, refere-se à ampliação do acesso tanto à recepção quanto à emissão do conhecimento. A inserção cultural da sociedade nos mais variados assuntos, como as imagens de controle, pretende promover a ruptura da lógica da estrutura racista que aprisiona a população negra em imagens que limitam a existência e a vivência dessa população (TEIXEIRA; BRANDÃO, 2003)

A roda de conversa, como tecnologia social de enfrentamento ao racismo, pode ser vista também como Inovação Social, pois é empregada a partir de uma perspectiva epistemológica. Para atingir resultados diferentes, faz-se necessário realizar ações diferentes, sendo assim, o conceito de Inovação Social (IS) também é relevante no tema que toca este artigo (MURRAY *et al.*, 2010). O processo para o desenvolvimento de uma Inovação Social pode conter as seguintes etapas: diagnóstico, proposta, prototipagem, implantação e difusão.

A etapa da difusão, como disseminação e a interação com movimentos sociais, que se utilizam da roda de conversa, como formas novas de pensar e fazer, pode ser entendida como algo novo, portanto, uma inovação social, no que diz respeito ao enfrentamento do racismo, pois tem disposição na produção de conteúdo, a partir do processo do círculo de cultura, preconizado por Freire (2020). No método de ensino-aprendizagem de Freire, a partir dos círculos de cultura, a realidade pode ser revivida em profundidade, com base em uma vivência democrática, com respeito as diferenças, valorizando a participação dos sujeitos em debates que focam problemas comuns. Um grupo de pessoas, em círculo, utilizando do diálogo e da colaboração recíproca, podem reelaborar o mundo, que foi construído para uma parcela da população, deixando grande parte fora do contexto da humanização e inclusão social. A

consciência interseccional, por exemplo, a partir das opressões de gênero, classe e raça, vividas por mulheres negras, emerge das suas experiências vividas, problematiza-se, objetiva-se, compreende-se e pensa-se em soluções, portanto, torna-se uma tecnologia política. Todos juntos em circularidade, como a roda, reelaboram o mundo.

Portanto, utilizar uma tecnologia social, como a roda de conversa, a partir da oralidade do círculo de cultura, para democratizar conteúdos informativos na esfera pública e desconstruir as imagens de controle construídas socialmente – expressão da supremacia racial branca – é fundamental para se construir um novo mundo esperançado de possibilidades (FREIRE, 2020; SANTOS, 2020).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar imagens de controle, presentes em espaços midiáticos, em especial a publicidade, circunscritas na necropolítica brasileira, que justifica a brutalidade contra a população negra, constituída por pretos e pardos. Para atender os objetivos propostos por esse trabalho, será apresentado o percurso metodológico estratégico, baseado nas instâncias e fases da pesquisa preconizado por Lopes (2003).

Metodologia

O presente estudo situa-se no campo da antropologia cultural, que estuda a diversidade cultural humana no tempo e no espaço, seus desdobramentos, construções simbólicas e representações, tanto de grupos contemporâneos, como extintos (NUNES, 2016).

O processo de escravização da população negra no Brasil e no mundo foi fundamental para que as teorias eugenistas, a partir do racismo científico, ganhassem força e se transformasse naquilo que se conhece como supremacia racial branca, sendo um norteador para que toda a estrutura de sociedade, se movimentasse para o aniquilamento material, imaterial, da população negra. Essa estrutura racista, orquestrada pela necropolítica do estado brasileiro, construiu imagens de controle que aprisionam e limitam a existência da população negra em lugares de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, é de suma importância que esse artigo proponha estratégias de enfrentamento ao racismo a partir de uma abordagem interseccional, capaz de compreender as opressões vivenciadas por pretos e pardos na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016; WEST, 2002; MBEMBE, 2014; COLLINS, 2019; HOOKS, 2019).

Para atender os objetivos deste artigo, será utilizado o modelo metódico da autora Maria Immacolata Vassallo Lopes (2003), em que a pesquisa está dividida em uma frente discursiva e outra prática, ambas correlacionadas e manifestam-se de forma conjunta em toda práxis

investigativa. Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, o campo da pesquisa é concebido como a articulação de diferentes *instâncias* e *fases*² que determinam um território no qual a pesquisa é submetida a fluxos e exigências internas.

Na *instância epistemológica* será possível a abordagem interseccional de raça, gênero e classe para se compreender o impacto das imagens de controle – nas vivências de pretos e pardos na sociedade brasileira – como expressão da supremacia racial branca, criada a partir de uma estrutura racializada, orquestrada pela necropolítica do estado brasileiro. A *instância teórica* permite ampliar o debate sobre os desdobramentos do período da escravização negra, que contribuíram na expressão das imagens de controle. Dessa forma, é de suma importância apontar as possibilidades de ruptura dessa lógica, como o uso de tecnologias sociais, como a roda de conversa, a partir da democratização de conteúdos informativos na esfera pública. Na terceira etapa do processo, a *instância metódica*, apresenta as reflexões que serão realizadas sobre a supremacia racial, necropolítica, as imagens de controle e as estratégias das tecnologias sociais para o enfrentamento ao racismo sistêmico e estrutural.

Na *instância técnica* serão analisadas as imagens de controle, nas tipologias *mammy* e “mulata tipo exportação”, a partir de representações na publicidade brasileira. A observação que usará a metódica dos 4ps: processos, pessoas, plataformas e protocolos, deverá ter uma abordagem interseccional, tendo em vista as opressões de raça, classe e gênero a que são submetidas mulheres pretas e pardas, um dos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira. Com relação às *Fases da Pesquisa*³, na Fase 1, apresenta-se o *tema* imagens de controle como um mecanismo da estrutura racista, que consiste em congelar e limitar as vivências da população negra; bem como o *objetivo* do artigo que é analisar as imagens de controle, circunscritas na necropolítica brasileira, que justifica a brutalidade contra a

² A pesquisa configura-se como estrutura e processo. Como estrutura ela se compõe a partir de instâncias ou dimensões: epistemológica, teórica, metódica e técnica (eixo vertical); como processo ela se realiza em fases: definição do objeto de pesquisa, a observação, a descrição e a interpretação (eixo horizontal). Dessa forma, o campo de pesquisa é uma dinâmica de articulação entre dois eixos, vertical e horizontal configurada pelo raciocínio científico (LOPES, 2003). A *instância epistemológica* refere-se a vigilância crítica da pesquisa, onde a operação metodológica que é realizada é ruptura epistemológica e a construção do objeto científico. A *instância teórica* realiza a formulação teórica do objeto suas hipóteses, problemática, modelos teóricos de investigação –, são os quadros de referência. Na *instância metódica* é dado dá objetividade aos elementos constitutivos da investigação (problema, hipóteses, técnicas de observação, verificação etc), por meio das operações de exposição e causação. A *instância técnica* é o lugar da construção dos dados ou do objeto empírico, onde as operações metodológicas são a observação da informação do dado, a seleção do dado ao objeto e operacionalização do objeto à informação.

³ Com relação às fases da pesquisa, Lopes (2003) apresenta a fase 1, como a *Definição do Objeto*, composto pela definição do problema de pesquisa, quadro teórico de referência e hipóteses. A Fase 2 é composta pela *Observação* que se define como a construção dos dados científicos, pois é aliada dos propósitos teóricos de investigação que repercutem na reconstrução empírica dos fenômenos.

população negra. O *quadro teórico de referência*, a partir de uma pesquisa bibliográfica específica, traz o conceito de imagens de controle de Patrícia Hill Collins, explorado também por Lélia Gonzalez e Winnie Bueno. A supremacia racial branca e o racismo estrutural e sistêmico que apoiam a compreensão da construção das imagens de controle foi observada nas obras de Abdias Nascimento, Cornel West, Franz Fanon, Grada Kilomba, Jessé Souza, Lauretino Gomes, Lilia Schwarcz. Para a compreensão da circunscrição das imagens de controle, a necropolítica, buscou-se o autor Achille Mbembe. E por fim, por uma abordagem interseccional, conduzida pela roda de conversa, enquanto tecnologia social de enfrentamento ao racismo, o presente artigo foi alimentado, respectivamente por Bell Hooks, Azoilda Trindade e Paulo Freire. A *hipótese* do presente artigo é a construção das imagens de controle, a partir da brutalidade do racismo.

A *Observação*, na fase 2, considerando o universo da pesquisa, refere-se às representações midiáticas, que geram influência no comportamento de consumo e no imaginário da sociedade, em especial a publicidade, que enquanto função mercadológica, gera intenção de compra, a partir da construção social de signos e desejos a partir de narrativas que chamam a atenção, despertam o interesse, congelam mentes e corpos em determinados contextos e vivências, portanto, uma grande aliada na consolidação das imagens de controle (YANAZE, 2017; PEREZ, 2016; BUENO, 2020). A publicidade que representa esse universo, são todas aquelas que expressam as imagens de controle, na condição de *mammy* e “mulata tipo exportação”, pois demonstram a realidade do grupo social mais vulnerável – mulheres negras. No entanto, como toda pesquisa científica, utiliza-se de técnicas de amostragem, foram escolhidas duas campanhas publicitárias que expressam essas imagens (*mammy* e “mulata”), dada a sua relevância no período em foram lançadas. A Figura 2, campanha da marca Benetton, foi a primeira imagem da empresa que gerou grande polêmica mundial (TOSCANI, 2000), no ano que foi lançada, com repercussão até os dias de hoje. A Figura 1, quando lançada em 2012, foi considerada sexista e racista, de acordo com a decisão do CONAR⁴ (2011). A técnica de coleta utilizada serão os 4Ps (Processos, Pessoas, Plataformas, Protocolos)⁵. Nas Figuras 1 e 2, é possível verificar:

Processos: o discurso moderno do ocidente, em todas as suas formas midiáticas, exclui a igualdade negra em beleza, cultura e capacidade intelectual (WEST, 2002). Enquanto ação

⁴ Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária.

⁵ Episeteme em construção no âmbito do Grupo de Pesquisa NeoCriativa da FAAC-Unesp.

contínua e prolongada, portanto, um processo, a publicidade reproduz imagens construídas como universalizadas nos diferentes veículos de comunicação. Essa repetição publicitária, cria no imaginário social, uma padronização de signos, que se naturalizam e tornam-se um padrão universal. Durante muito tempo, repetidamente, propagandas de cerveja traziam mulheres loiras, com fortes traços eurocêntricos e a partir de um processo, a publicidade brasileira, associou a cerveja à mulheres loiras, sendo chamada de “loira gelada”. O sentido dado a essa associação era aceitável, uma sensualização não pecaminosa, desejada e “do bem”, agradável ao “paladar”, pois, por se parecem com mulheres europeias, eram lidas pela sociedade como mais bonitas, logo mais humanas. A noção de que pessoas negras são seres humanos é uma descoberta relativamente nova no ocidente moderno, pois um dos projetos do racismo é retirar a humanidade da população negra, associando-os a animais, objetos ou mercadorias descartáveis (WEST, 2002). Na Figura 2, a imagem da mãe preta com a criança branca, não apresenta seu rosto, uma forma de retirar sua humanidade e além disso, ela está dizimada a cuidar de tudo e de todos, aceitando esse lugar de subordinação com muita resignação e gratidão. **Pessoas:** as tipologias humanas utilizadas na publicidade, reproduzem a universalização de signos e símbolos construídos socialmente nas estruturas. Na Figura 1, o posicionamento e estilo da foto da mulher negra, é uma antítese da “loira gelada”, pois enquanto ela é lida como um “desejo do bem”, a mulher negra reproduz um desejo proibido, pecaminoso, incorreto, do mal. A redação publicitária “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra”, congela e limita a existência da mulher negra a um corpo hiperssexualizado, destinado a estar sempre à disposição para servir sexualmente. Na Figura 2, esse congelamento de imagem de controle, limita a mulher negra à mãe preta, que deve cuidar do mundo e não de si mesma. **Plataformas:** o anúncio impresso, observados nas Figuras 1 e 2, demonstram a construção da narrativa, ou seja, a história a ser contada pelas marcas, a partir dos elementos técnicos presentes. As cor utilizada nas duas fotografias, o vermelho, de acordo com Farina, Perez e Bastos (2011), é uma cor quente que transmite sensação de calor, sensualidade, alegria e descontração. Levando em consideração a sensualidade e a descontração que a cor transmite, pode-se observar que ela foi colocada de forma estratégica nos anúncios para gerar gatilhos mentais de irracionalidade, associada a povos de natureza bruta, com baixa cognição. O determinismo biológico dos povos, as condições climáticas ou geográficas dos povos, seriam capazes de explicar as diferenças morais e intelectuais entre as diferenças raças. A pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e

selvagens, além de indicar pouca inteligência (ALMEIDA, 2019). Além disso, as duas Figuras possuem grande destaque no plano geral de sua construção visual, pois são dotadas de algo grau de contraste, um dos princípios do design, que consiste em chamar a atenção na composição ou layout final (WILLIAMS, 2013), sobretudo, pela forma que os corpos das mulheres negras foram inseridos nas campanhas, destacando partes de natureza íntima (seios, pernas e nádegas). Na Figura 2 a imagem de controle da mãe preta, com a criança branca em seu colo, representa o alto grau de servilidade da mulher negra, vista como a mula do mundo conforme aponta Collins (2019). **Protocolos:** as imagens presentes nas Figuras 1 e 2 replicam os padrões do supremacismo racial branco, resultado ético desse processo presente na publicidade. A estrutura do discurso moderno, reproduzida pela publicidade, produziu ideais estéticos e culturais que foram requeridos para a constituição da ideia da supremacia branca, classificando pessoas não brancas como cidadãos e cidadãs de segunda linha, legitimando nesse sentido, cometer toda e qualquer violência e a aniquilação em escala da população negra, a partir da lógica da necropolítica “quem deve morrer e quem pode viver (MBEMBE, 2014; WEST, 2002).

Na *terceira fase*⁶ da pesquisa, a *Descrição*, a partir dos resultados qualitativos, obtidos na análise das campanhas publicitárias, é possível observar que elas reproduzem imagens de controle, atuando como um mecanismo replicante do racismo estrutural e sistêmico. A partir das observações teórico-conceituais e técnicas, na *quarta fase* é possível analisar que as imagens de controle, presentes em toda a estrutura social, é uma expressão da supremacia racial branca, pois ela determina os locais e espaços em que população negra poderá desfrutar o não, bens materiais e imateriais presentes na sociedade. Essas imagens funcionam como um limitador de vivências negras, produzindo um aniquilamento social, cultural, material e simbólico reduzindo e submetendo suas jornadas, às políticas públicas do Estado que é a morte (MBEMBE, 2014). Por isso, tendo em vista o caminho de possibilidades de Santos (2020), a tecnologia social, como a roda de conversa, a partir de uma perspectiva interseccional, pode contribuir para o enfrentamento dessas desigualdades.

⁶ Na *terceira fase* da pesquisa, a *Descrição*, trata-se de proceder à manipulação dos dados, ou seja, realizar tratamento estatístico, relações e cruzamentos, assegurar o domínio sobre os dados coletados e conseguir um conhecimento prévio das possibilidades da documentação com relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação. A *quarta fase* da pesquisa, intitulada *Interpretação*, consiste em teorizar os dados empíricos dentro da perspectiva teórica levantada no início do trabalho científico. Na *quarta fase*, o ponto de chegada retoma o ponto de partida, integrando os dados que é objeto empírico e teórico (LOPES, 2003).

Considerações Finais

No Brasil há um esquema histórico-racial, criado pelo supremacismo branco, que hostiliza, invisibiliza e nega a participação de pessoas negras nos espaços materiais e imateriais promovendo ódio à população não-branca em diferentes idades (KILOMBA, 2019). Neste artigo, procurou-se evidenciar como o supremacismo racial branco fundou, estruturou e replicou, nas instituições tangíveis e intangíveis, o racismo, a discriminação e o preconceito, que são componentes efetivos dos dispositivos de coerção e persuasão do estado. Entre os aspectos analisados do supremacismo, destacou-se o conceito de beleza como epicentro do componente de persuasão e fator essencial de reconhecimento da humanidade branca, em oposição a desumanidade negra, operacionalizada pela publicidade, justificadora social do genocídio, etnocídio e epistemicídio da população negra. Na organização e disciplina do acesso aos capitais econômicos, culturais, sociais e políticos, a teoria da imagem de controle define o cenário, os personagens e os papéis desempenhados, tendo o sujeito branco no pico da pirâmide e o sujeito negro na base. Os primeiros acomodados no circuito de privilégios e os segundos, no circuito da vulnerabilidade.

As tecnologias sociais – em especial os círculos de cultura, no formato de rodas de conversa como tecnologia e mídia – possibilitam a problematização de temas estruturantes, como o racismo, a mobilização política de segmentos subalternizados, em uma abordagem interseccional, e a compreensão de que o enfrentamento ao racismo sistêmico estrutural é um imperativo ético – deontológico de toda a sociedade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Aelson Silva. A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais. *In: Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília, DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.
- BILGE, Sirma; COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores**. São Paulo: Blucher, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea**, volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil**, volume 2. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros, raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.
- IPEA. Atlas da Violência, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Ed. Antógona, 2014.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation. 2010. Disponível em: <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovation.pdf> Acesso em: 04 maio 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NUNES, Rossano Carvalho. **Antropologia Cultural – Sociocultural**. IGVP, 2016.
- PEREZ, Clotilde. **Signos da marca**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2020
- SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- TEIXEIRA, A.; BRANDÃO, E. J. R. Internet e Democratização do Conhecimento: repensa do o processo de exclusão social. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2003. DOI: 10.22456/1679-1916.13635. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13635>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- TOSCANI, Oliviero. **A publicidade é um cadaver que nos sorri**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- TRINDADE, Azoilda Loretto. Reinventando a roda: experiências multiculturais de uma educação para todos *In*: TRINDADE, Azoilda Loretto (org). **Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. p. 58-63.
- XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Webinário criativo: ancestralidade e criatividade**. Youtube, 21 jul 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QY83zkRKEf0>
- WEST, Cornel. Genealogy of modern racism. *In*: **Prophecy deliverance!** An afroamerican revolutionary Christianity. Westminster John Knox Press: Louisville, KY; London, 2002. p.47-65. Acess em 20 jul. 2022.
- WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer**. São Paulo: Callis, 2013.
- YANAZE, Mitsuru. **Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2017.